



O IMPACTO DA OBESIDADE NA SAÚDE PÚBLICA NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

Alisson Resplandes Coelho²⁹, Elayne Maria Duarte³⁰, Igor Marques Fernandes³¹, Patrícia Aquino Barbosa Bezerra³², Yasmin Ortiz de Oliveira³³, Felipe Camargo Munhoz³⁴

RESUMO

Este artigo analisa os índices de obesidade na saúde pública no Tocantins e, em diversas capitais brasileiras, utilizando dados de um site especializado. O objetivo é classificar as capitais com base na média dos índices de obesidade de homens e mulheres. Foram calculadas as médias dos índices e o ranking das capitais além da média nacional. Os resultados indicam disparidades significativas entre as capitais, contribuindo para a compreensão do cenário de obesidade no Brasil e sugerindo a necessidade de políticas públicas direcionadas.

Palavras-chave: Fatores Epidemiológicos, Obesidade, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é uma das principais questões de saúde pública no Brasil, com aumento significativo em várias regiões, incluindo Tocantins. Sua associação com comorbidades, como diabetes tipo 2, hipertensão e doenças cardiovasculares, eleva as taxas de mortalidade e gera pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2018, os custos diretos relacionados à obesidade no SUS atingiram R\$ 3,45 bilhões, sendo a maior parte destinada a medicamentos, hospitalizações e atendimentos ambulatoriais (Nilson *et al.*, 2020). Essa realidade demanda uma resposta urgente e eficaz.

Além dos problemas de saúde, a obesidade acarreta custos econômicos, como perda de produtividade no trabalho, refletida em altos índices de absenteísmo e presenteísmo. Trabalhadores com obesidade têm maior probabilidade de afastamento por problemas de saúde e apresentam desempenho reduzido, impactando tanto empresas quanto a economia (Crochemore-Silva *et al.*, 2020). Esse cenário reforça a necessidade de intervenções que considerem a interconexão entre saúde e economia.

Para enfrentar a crise da obesidade, é crucial implementar políticas públicas eficazes focadas na prevenção e promoção da saúde. Ações como a regulamentação da publicidade de alimentos infantis e a criação de ambientes alimentares saudáveis são essenciais para reverter essa tendência (Silva, 2020). Somente uma abordagem coordenada poderá mitigar os custos associados à obesidade e suas comorbidades, beneficiando a saúde pública e a economia.

2 METODOLOGIA

²⁹ Acadêmico de Medicina na Ulbra - Medicina - Palmas, alissonrcoelho@rede.ulbra.br.

³⁰ Acadêmica de Medicina na Ulbra - Medicina - Palmas, emduarte2017@gmail.com.

³¹ Acadêmico de Medicina na Ulbra - Medicina - Palmas, igor.fernandes@rede.ulbra.br.

³² Acadêmica de Medicina na Ulbra - Medicina - Palmas, patricia.bezerra@rede.ulbra.br.

³³ Acadêmica de Medicina na Ulbra - Medicina - Palmas, ortiz.yasmin@rede.ulbra.br).

³⁴ Doutor em Fisiologia, Orientador no curso de Medicina da Ulbra - Medicina - Palmas. felipe.munhoz@ulbra.br.

A metodologia deste estudo foi fundamentada em uma revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Inicialmente foram descobertas as publicações de autores relevantes na área de obesidade e saúde pública, incluindo Lamounier e Parizzi (2007), que discutem a relação entre obesidade e saúde pública, e Lima *et al.*, (2021), que examina os padrões alimentares e sua relação com a obesidade em Goiás.

O estudo também utilizou dados sobre os custos da obesidade no Sistema Único de Saúde, conforme Nilson *et al.*, (2020), além de referências que tratam de políticas públicas para promoção da atividade física e combate às desigualdades (Silva *et al.*, 2020), estigmas sociais associados ao peso (Taroze e Pessa, 2020), e propostas governamentais de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade em âmbito municipal (Ramos *et al.*, 2020).

O estudo coletou dados do Mapa da Obesidade da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso, 2024) para analisar a prevalência de obesidade nas capitais brasileiras, destacando o posicionamento de Palmas - TO no ranking nacional. A metodologia incluiu quatro etapas principais: coleta de dados específicos para homens e mulheres em diversas capitais; cálculo da média de obesidade para cada capital; classificação das capitais em um ranking da maior para a menor média; e, finalmente, o cálculo da média nacional, somando os índices das capitais e dividindo pelo total de 26.

Apesar de a metodologia adotada garantir a análise da obesidade nas capitais, é importante considerar possíveis limitações associadas ao estudo, onde em uma análise epidemiológica, faz-se referência a estudo transversal descritivo, focado na prevalência de obesidade no Tocantins e nas capitais brasileiras, utilizando dados secundários (Vigitel, 2019). Portanto o estudo está sujeito a vieses de seleção, caso a amostra não seja representativa; vies de confusão, devido a interferência de variáveis como renda e escolaridade; e vies de informação, onde os dados secundários podem conter erros sistemáticos na medição da obesidade. Esses vieses precisam ser controlados para garantir a validade dos resultados e evitar conclusões equivocadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares sugerem que há uma associação significativa entre baixos níveis de escolaridade e renda e a prevalência de obesidade em adultos no Tocantins, corroborando os achados de estudos realizados em outras regiões do Brasil. Indivíduos com menor escolaridade relataram menor adesão a dietas balanceadas e menor prática de atividades físicas, fatores que afetam diretamente o aumento do IMC. Nesse sentido, a análise dos hábitos alimentares mostrou que o consumo de alimentos ultraprocessados é prevalente em todas as faixas de renda, mas é particularmente elevado entre indivíduos de baixa renda, refletindo a acessibilidade e o custo desses alimentos (Lamounier e Silva, 2007).

A análise das políticas públicas de promoção da atividade física no Tocantins revela que, embora existam programas direcionados a incentivar a prática de exercícios, como o Programa Academia da Saúde, a adesão a essas iniciativas é baixa entre populações de baixa renda, que enfrentam barreiras como longas jornadas de trabalho e falta de infraestrutura adequada em suas comunidades.

O estigma do peso, conforme destacado por Taroze e Pessa (2020), também surgiu como um fator importante nos dados coletados. Muitos entrevistados relataram sentir-se desencorajados a buscar tratamento ou participar de atividades físicas devido à discriminação com base em seu peso, o que agrava a condição e dificulta os esforços de tratamento.

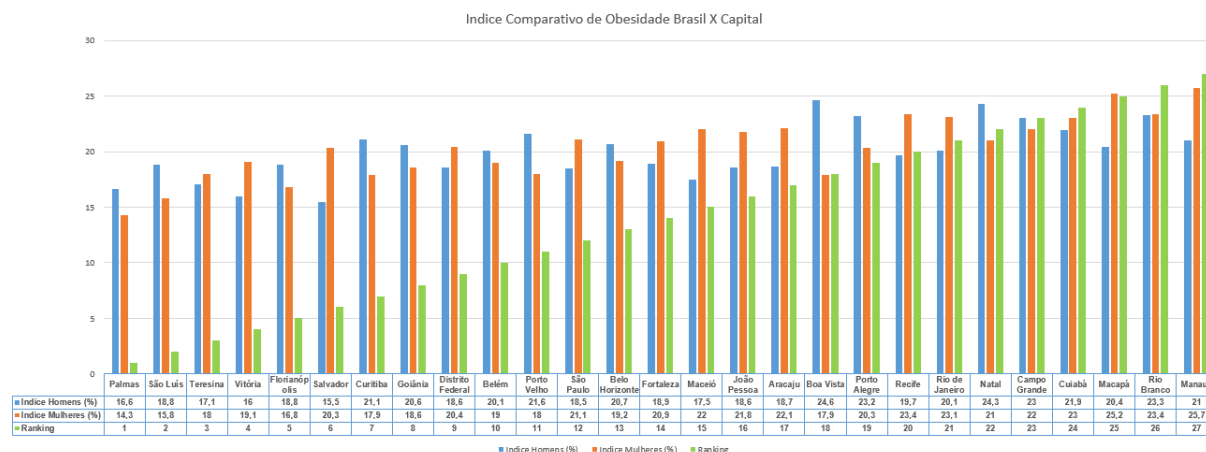
Os resultados deste estudo estão em linha com pesquisas anteriores que apontam para uma correlação direta entre fatores socioeconômicos e a prevalência de obesidade. A relação

entre baixa escolaridade, renda e obesidade evidencia os desafios enfrentados pelas populações que têm pouco acesso a alimentos saudáveis e oportunidades de prática de atividades físicas. A predominância de alimentos ultraprocessados na dieta dessas populações também é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas existentes.

A promoção de atividade física no Tocantins, apesar de ser uma estratégia essencial para o controle da obesidade, enfrenta desafios significativos na implementação em comunidades de baixa renda. A falta de infraestrutura e a insegurança nas áreas urbanas de baixa renda são barreiras importantes que precisam ser abordadas para aumentar a adesão a programas de promoção de saúde (Crochemore-Silva et al, 2020).

Adicionalmente, o impacto do estigma do peso, conforme discutido por Taroze e Pessa (2020), sugere que políticas de combate à obesidade precisam integrar estratégias de apoio psicológico, promovendo uma abordagem mais inclusiva e humanizada para o tratamento da obesidade. Sem a abordagem de aspectos psicossociais, a eficácia das intervenções de saúde pública pode ser limitada.

Gráfico 1 - Índice Comparativo de Obesidade do Brasil distribuído por capital



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2024 - Dados Vigitel 2019.

Conforme dados do Vigitel, 2019, observa-se no Gráfico 1 que a capital Palmas - TO se apresenta como a capital com o menor índice de obesidade, com 16,6%, levando em consideração a média ponderada entre homens e mulheres no cenário nacional. Enquanto que o índice para homens atinge o seu pico em Rio Branco-AC de 23,3% ficando em primeiro lugar na média ponderada entre as capitais. Observa-se ainda que o cenário feminino de Palmas com 14,3% está bem abaixo do índice de Manaus - AP com 25,7%.

Apesar do cenário favorável da análise extraída no Tocantins, a obesidade se torna uma preocupação emergente, especialmente em populações com menor acesso à educação e à renda, refletindo os padrões observados em outras regiões do país. Diante desse cenário, este estudo busca compreender os principais fatores socioeconômicos e comportamentais associados à obesidade em adultos no estado do Tocantins, oferecendo uma análise epidemiológica que visa informar e orientar políticas públicas mais eficazes.

A obesidade é reconhecida como uma epidemia global, com causas multifatoriais que incluem fatores sociais, econômicos, ambientais e genéticos (Lamounier, Silva, Parizzi; 2007). O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e o sedentarismo são determinantes principais da obesidade no Brasil (Crochemore-Silva, et al., 2020). Alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras e aditivos químicos, estão associados ao crescimento de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e diabetes, e representam uma ameaça à saúde pública. Da mesma forma, esses produtos influenciam a

dinâmica do consumo alimentar moderno, frequentemente promovidos por estratégias de marketing agressivas direcionadas a adultos e crianças (Monteiro *et al.*, 2019).

No Chile, a rotulagem frontal e a proibição de publicidade infantil mostraram resultados promissores, reduzindo o consumo desses produtos e incentivando escolhas alimentares mais saudáveis (Reyes *et al.*, 2020). O México também introduziu impostos sobre bebidas açucaradas e alimentos calóricos, visando desincentivar o consumo e promover hábitos alimentares mais saudáveis (Colchero *et al.*, 2016). Essas iniciativas destacam a importância de políticas governamentais eficazes para regular a indústria de alimentos e promover a saúde pública.

No estudo conduzido por Nilson *et al.*, (2020), observou-se que os custos associados ao tratamento de obesidade, hipertensão e diabetes no SUS em 2018 totalizaram 3,45 bilhões de reais, destacando a carga econômica dessa condição para o sistema de saúde brasileiro.

A relação entre os níveis socioeconômicos e a obesidade também é amplamente documentada. Lamounier e Parizzi (2007) apontam que populações de baixa renda e com menor escolaridade tendem a apresentar taxas mais altas de obesidade devido ao acesso limitado a alimentos saudáveis e à falta de oportunidades para praticar atividades físicas. Estudos realizados em Goiás indicam que a falta de acesso a alimentos nutritivos, combinada com a facilidade de obtenção de produtos ultraprocessados baratos, aumenta significativamente o risco de obesidade entre populações vulneráveis.

No Tocantins, os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) confirmam a tendência crescente de obesidade, especialmente entre adultos de baixa renda em áreas urbanas. Essa situação mostra a transição nutricional observada em várias partes do Brasil, onde o aumento do consumo de alimentos ricos em calorias e pobres em nutrientes tem contribuído para o crescimento das taxas de obesidade (Nilson *et al.*, 2020).

Em adição, o estigma social relacionado ao peso agrava a situação de saúde de indivíduos obesos. A revisão de Tarozi e Pessa (2020) explora como o estigma do peso afeta negativamente a saúde mental, resultando em baixa autoestima e aumento do isolamento social, o que prejudica ainda mais a adesão a tratamentos médicos. Esse fator psicossocial é frequentemente negligenciado nas abordagens de saúde pública, que muitas vezes se concentram apenas nos aspectos biológicos da obesidade.

4 CONCLUSÃO

A obesidade no estado do Tocantins configura-se como um problema de saúde pública de grande relevância, diretamente influenciado por fatores socioeconômicos e comportamentais, como baixa escolaridade, renda limitada e padrões alimentares inadequados. Este estudo estabelece uma forte associação entre esses determinantes sociais e a alta prevalência de obesidade, especialmente em sociedades mais vulneráveis. Além do mais, é garantido que há falta de infraestrutura e baixa adesão a programas de promoção de saúde, como a prática regular de atividades físicas.

Com base nessas constatações, é essencial implementar políticas públicas que promovam uma alimentação saudável e incentivem a atividade física, focando especialmente nas áreas mais vulneráveis. Programas de educação nutricional e melhorias no acesso a alimentos de qualidade e espaços de lazer são cruciais para combater a obesidade. Além disso, futuras pesquisas longitudinais são necessárias para entender melhor a evolução da condição e os fatores psicossociais relacionados, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de prevenção mais eficazes e a melhoria da qualidade de vida da população afetada.

REFERÊNCIAS

ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Página inicial. Disponível em: <https://abeso.org.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

COLCHERO, M. A. et al. **Políticas de taxaço de bebidas açucaradas no México**. 2016.

LAMOUNIER, Joel Alves; PARIZZI, Márcia Rocha. **Obesidade e saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

LIMA, J. R. et al. **Relação entre alimentação e obesidade: Um estudo em Goiás**. Revista Brasileira de Nutrição, 2021.

MONTEIRO, Carlos A. et al. **Estudo sobre alimentos ultraprocessados**. 2019.

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes et al. **Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018**. Revista Panamericana de Salud Pública, 2020.

RAMOS, Doralice Batista das Neves et al. **Propostas governamentais brasileiras de ações de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade sob perspectiva municipal**. Cadernos de Saúde Pública, 2020.

REYES, M. et al. **Política de rotulagem nutricional no Chile**. 2020.

SILVA, Inácio Crochemore et al. **Promoção de atividade física e as políticas públicas no combate às desigualdades**. Cadernos de Saúde Pública, 2020.

TAROZO, Maraisa; PESSA, Rosane Pilot. **Impacto das Consequências Psicossociais do Estigma do Peso no Tratamento da Obesidade: uma Revisão Integrativa da Literatura**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2020.